



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

*Res*

### ----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS -----

### ----- ATA NÚMERO NOVE -----

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no número 1, do artigo 12º, do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Moura, em reunião extraordinária, de acordo com o disposto do número 1, do artigo 15º do Regimento desta Assembleia Municipal, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor Francisco Valadas Moreno Cerejo, coadjuvado pela Senhora Paula Cristina Barão Ramos e pela Senhora Maria José Machado Canal Gomes, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças” (**Doc. 01/09**), para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

----- José Maria Prazeres Pós-de-Mina, Raquel do Carmo Gomes Martins, Gabriel Gustavo Boto Ramos, Orlando do Carmo Mendes Fialho, Rui Miguel Costa Apolinário, Amílcar António Bengla Mourão, Joaquim Carrilho Guerreiro, João Miguel Rebelo Socorro, José António Linhas Roxas de Oliveira, Maria da Ascensão Janeiro Batista, Isabel Francisca Barão Migas, João Manuel Ezequiel Lopes Gomes, Manuel Garrote Bravo, Joaquim Augusto Caeiro Batista, Cristina Maria Nepomuceno Costa, Francisco Correia Farinho, Helena de Fátima Janeiro Batista Romana, Francisco José Mendes Semião, Alfredo Manuel Frasquilho Guerra - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, Manuel Joaquim Silvestre Filipe - Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel, Bruno Miguel Valente Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, Álvaro José Pato Azedo Alegria - Presidente da Junta da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista e Santo Amador e Jorge Ramos Gonçalves Machado - substituto legal da Presidente da Junta da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. -----

----- A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Santiago Augusto Ferreira Macias e pelos Senhores Vereadores, Francisco Manuel Canudo Sena, José Gonçalo Garradas Valente, António José dos Santos Gomes, Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves, Maria de Fátima Branco Roberto Ourives e Joaquim António Senrada Simões. -----

----- Pediu substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro Zélia Maria Charraz Parreira, tendo sido substituído pelo Senhor Orlando do Carmo Mendes Fialho. -----

----- Pediu substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio, tendo sido substituído pela Senhora Raquel do Carmo Gomes Martins. -----

----- Nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração, Antónia de Jesus Vilar Baião, por justo impedimento, foi substituída pelo seu substituto legal por si designado, Senhor Jorge Ramos Gonçalves Machado. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de quórum, O Senhor Presidente declarou aberta a sessão. -----

### ----- ORDEM DO DIA -----

----- **1. Proposta de “Grandes Opções do Plano e do Orçamento, para o ano de 2017” (Doc. 02/09)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- O eleito Rui Apolinário iniciou a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre os motivos da retirada da ordem do dia, aquando da sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis, da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dezassete. Sobre a análise efetuada ao Orçamento e GOP para o ano de dois mil e dezassete, considerou que, à imagem e semelhança dos anteriores apresentados pela Câmara CDU, o documento pecava por erros que o Partido Socialista desde há muito tinha vindo a alertar. Considerou ser um orçamento unilateral, porque tinham sido ignoradas todas as propostas da oposição, em particular do Partido Socialista. Saliou o facto de o órgão executivo ter consultado em devido tempo, as restantes forças políticas exercendo assim o exercício do direito de oposição. Informou que o Partido Socialista tinha correspondido a esse pedido, com a apresentação de três propostas que poderiam ter conduzido a Câmara Municipal a uma mudança de paradigma, que pudesse de alguma forma acolher a "simpatia" da bancada do Partido Socialista. Saliou não ter sido apresentada uma diminuição das despesas correntes, a persistência em continuar a aumentar as transferências para as empresas municipais, que contraria aquilo que o Partido Socialista tinha vindo a propor e a assumir, conforme estava documentado, que as empresas municipais deveriam, gradualmente ser autossuficientes. Referiu o facto de a Câmara Municipal não programar novos enquadramentos de delegação das competências elencadas no artigo 132.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, não possibilitando que as populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, viessem a usufruir de melhores e mais rápidas respostas aos seus problemas. Para concluir realçou que o Partido Socialista, ao longo do mandato, tinha dado provas de que sempre tinha havido a possibilidade de serem encontrados consensos e diálogos abertos e francos, acerca de matérias extremamente importantes, e sempre esteve e continuaria a estar disponível para entendimentos, mas que devido ao carácter unilateral do documento, não o poderia votar favoravelmente. Referindo-se à correlação de forças no Município realçou o facto de, por parte do executivo da Câmara Municipal de Moura, haver dificuldade em assimilar que a Câmara Municipal tinha uma maioria para governar, para executar e que a Assembleia Municipal tinha uma maioria para deliberar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

----- O Senhor Presidente da Câmara disse estar com firmeza e segurança de boa-fé, na forma como o executivo da Câmara estava a levar a cabo o mandato e que na altura própria faria o balanço daquilo que tivesse sido feito e concretizado. Recordou que num quadro de extremas dificuldades financeiras, comuns a todas as autarquias, a própria legislação tinha-se alterado e tinha tornado a margem de trabalho bastante mais “estreita” às autarquias. Referiu que os documentos apresentados não eram unilaterais, na medida em que tinham acolhido contributos de muita gente, incluindo muitos técnicos da autarquia e que o executivo estava sempre atento áquilo que lhe era dito a todos os níveis. Disse haver uma “colisão” de perspectivas quando o eleito Rui Apolinário referia um aumento das despesas correntes, porque recordou que a maior parte das propostas apresentadas, pelo Partido Socialista, representavam efetivamente, um aumento das despesas correntes. Afirmou que apesar das despesas correntes, que à partida lhes eram alocadas, não impediriam a Câmara Municipal de efetuar investimento, e que isso era um dos pontos essenciais e de orgulho do mandato. Saliou que as empresas municipais tinham dificuldades próprias, umas maiores do que outras, e que o dinheiro investido na Comoiprel não o entendia apenas e só como despesa, mas também e sobretudo como um investimento. Relativamente às transferências para as freguesias disse ter iniciado o mandato com uma dívida significativa, mas que essa tinha vindo a diminuir e que a continuar ao ritmo atual, a meio do próximo mandato, deixaria de existir. Saliou que o endividamento tinha sido reduzido de forma significativa e disse ter dificuldades crescentes em áreas onde não gostaria de as ter, dando como exemplo o pagamento das redes de água e de saneamento, considerando ser disparatada a ideia de efetuar o aumento de tarifas, para compensar essas despesas. Por fim solicitou que ficasse transcrito na íntegra, em ata, a nota explicativa sobre os motivos da retirada da ordem do dia, aquando da sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis, da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dezassete e que entendia ajudar a clarificar, devidamente, o que se teria passado: *“Na preparação do*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

*Orçamento para dois mil e dezassete, ao ser utilizada uma base de projeção com base na execução até setembro, não foi tomada em devida consideração a previsão da boa execução até final do ano, situação que conduziu a terem sido subestimados os valores da despesa a incluir no Orçamento. De referir que a aplicação da contabilidade considera como valores a incluir no Orçamento seguinte, todos os compromissos que à data de elaboração do Orçamento se encontram por pagar, pelo que é necessário proceder à sua anulação, em função da previsão da despesa a pagar, entre o momento de elaboração do Orçamento e trinta e um de dezembro, cálculo esse que ao conter um erro originou um valor em excesso, no Orçamento, na ordem de um milhão de euros. Acresce que o valor da despesa corrente, inscrita no Orçamento, excedia o valor da receita corrente inscrita, situação que violava o obrigatório equilíbrio orçamental. Face à urgência para finalizar o Orçamento não foi detetado esse erro, na versão a submeter à Câmara e à Assembleia.” O Senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para que o consultor financeiro da Câmara Municipal de Moura, Senhor Jorge Pinto, pudesse esclarecer e dar algumas explicações complementares. -----*

----- O Senhor Jorge Pinto disse sentir-se responsável pelo erro porque deveria ter tido, desde logo, a obrigação de detetar o desequilíbrio orçamental existente. Referiu que ao fazer um orçamento, em setembro, a aplicação tinha considerado todos os compromissos existentes assumidos e tinha-os calculado como não pagos, até trinta e um de dezembro. -----

----- O eleito Rui Apolinário agradeceu as explicações do Senhor Jorge Pinto e referiu ter ficado esclarecido. Relativamente à questão das freguesias disse não ter colocado a questão sobre a dívida e ao esforço financeiro da autarquia, mas sim que o município tivesse vontade de ir mais além, na corporização de mais competências e mais responsabilidades a entregar às freguesias, nos termos da Lei. -----

----- O eleito Amílcar Mourão disse que não iria discutir os documentos apresentados por entender que eles refletiam, em termos estratégicos, aquilo que eram as perspetivas, as orientações, as necessidades existentes e não aquilo que



considerava ser o mais importante, em termos de desenvolvimento local. Referiu que o Orçamento apresentado não era diferente de outros e a sua linha de orientação era coerente com os apresentados, em anos anteriores. Saliu não estar a ser apresentada para o Concelho, qualquer estratégia de crescimento, qualquer linha orientadora ou qualquer plano que constituísse um ponto de partida para uma energia verdadeiramente mobilizadora de capacidades e de dinâmicas. Recordou ter havido, anteriormente, momentos onde se tinham feito apostas claras, referindo-se ao desafio da fotovoltaica, onde se tinha percebido qual o caminho e o destino que se pretendia atingir. Para terminar sugeriu que o desafio principal do executivo deveria ser o da criação de uma “marca” que chamasse a atenção para o potencial do Concelho, que apesar de estar instalado numa zona desfavorecida, em nada ficava atrás de outras zonas privilegiadas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que o que tinha acontecido, ao longo de muitos anos, era que os “partidos do poder”, nomeadamente o PSD, tinham destruído o interior do País, deixando-o sem infraestruturas, sem meios de captar a juventude e lançando as mais díspares competências, para as câmara e para as juntas de freguesia. Saliu que o interior de Portugal tem assistido a um continuado abandono e despovoamento, que o problema não era o de as câmaras serem do Partido Comunista, do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata, mas sim dos partidos do arco do poder e que era necessário que fossem tomadas medidas, a nível central, que oferecessem um conjunto de regalias e incentivos àqueles que optassem por viver no interior do País. -----

----- O eleito Amílcar Mourão disse ser necessário aplicar medidas que melhorassem a qualidade de vida daqueles que optam por viver longe das grandes cidades, não só ao nível central, como também autárquico. -----

----- O eleito José Maria Pós de Mina referiu que o documento em discussão vinha no seguimento daquilo que tinha sido o trabalho efetuado pelo executivo, no corrente e nos anteriores mandatos. Disse que era sempre difícil acrescentar coisas muito diferentes daquelas que se dizem no passado e que o caminho que estava a ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

*[Handwritten signature]*

seguido era o caminho correto, adequado e que independentemente da marca, era seguramente um caminho que tinha vindo a marcar o território e as populações traduzindo-se em mais equipamentos, mais infraestruturas, mais apoio ao movimento associativo e mais apoio a entidades e empresas, classificando-a como uma obra vasta e diversificada. Salientou que as opções, em cada circunstância, que por vezes se tinham tomado, não eram aquelas que se tinham gostado de desenvolver e que devido aos condicionalismos dos instrumentos financeiros colocados ao dispor, estes não tinham permitido intervir naquilo que se considerava ser mais urgente, impreterível e de necessidade imperiosa. Disse que os condicionamentos dos recursos financeiros, com o incumprimento da Lei das Finanças Locais, continuavam a dificultar o trabalho das autarquias locais. Sobre a redução da despesa corrente, questão sempre colocada pelo Partido Socialista, chamou à atenção para o pacote de descentralização que o atual Governo pretendia concretizar, em sintonia com o PSD, que ao ser executado iria aumentar essas mesmas despesas correntes, nos municípios portugueses. Deu como exemplo as transferências de serviços no ensino secundário, considerando não ser essa uma perspetiva mais adequada daquilo que considerava a capacidade que deveria ser atribuída aos municípios, considerando ser importante que essa questão pudesse ser contrariada e que não fosse concretizada. Disse ser evidente que o aumento das despesas correntes resultava de iniciativas que considerava importantes apoiar, dando como exemplo as despesas efetuadas com o movimento associativo e algumas atividades efetuadas pelas empresas municipais. Para concluir, e em síntese, disse que a CDU - Coligação Democrática Unitária revia-se inteiramente na proposta de Grandes Opções do Plano e do Orçamento, para o ano de dois mil e dezassete, apresentada pela Câmara Municipal de Moura e achava que os documentos iriam continuar a contribuir e a marcar o futuro do Concelho de Moura. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- **Deliberado por maioria** com doze votos a favor e catorze abstenções



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

aprovar a proposta de “Grandes Opções do Plano e do Orçamento, para o ano de 2017”, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

----- Os eleitos do PS – Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto (**Doc.03/09**): -----

----- “ *Declaração de Voto* -----

----- *Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Moura, em face da análise efetuada ao Orçamento e GOP para o ano de 2017, entendem que este orçamento, à imagem e semelhança dos anteriores apresentados pela Câmara CDU, peca por erros que o Partido Socialista desde há muito vem alertando. -----*

----- *O aumento sistemático das despesas correntes contribui significativamente para a redução da capacidade de investimento. -----*

----- *A persistência em continuar a aumentar as transferências para as empresas municipais contraria aquilo que o Partido Socialista tem vindo a propor desde o início do mandato. Assumindo-se, conforme está documentado, que as empresas municipais devem ser autossuficientes, estranha-se a incongruência. -----*

----- *Mais uma vez trata-se de um orçamento unilateral, porquanto, foram ignoradas todas as propostas da oposição, em particular do Partido Socialista. -----*

----- *Um orçamento e GOP devem refletir uma linha estratégica que tenha por base a defesa do presente, mas que sobretudo salvasse o futuro. -----*

----- *É assim que o PS defende que devem ser construídos instrumentos desta natureza. -----*

----- *Estes são documentos aos quais o PS não pode dar o seu voto favorável, daí a sua **ABSTENÇÃO**. -----*

----- *Moura 19 de Dezembro 2016 -----*

----- *PI’ A Bancada do Partido Socialista” -----*

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----





*[Handwritten signature]*

----- **2. Proposta de “Mapa de Pessoal”, para o ano de 2017 (Doc. 04/09)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- A eleita Helena Romana louvou a Câmara Municipal de Moura e destacou o esforço que a autarquia iria efetuar, através do orçamento e mapa de pessoal, no colmatar de dificuldades do seu setor operacional. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- **Deliberado por unanimidade aprovar** a proposta de “Mapa de Pessoal”, para o ano de 2017, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----

----- **3. Proposta de contratação de empréstimo de apoio ao investimento para a construção do novo cemitério – fase 1, apresentada pela Câmara Municipal de Moura (Doc. 05/09)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- **Deliberado por unanimidade aprovar** a proposta de contratação de empréstimo de apoio ao investimento para a construção do novo cemitério – fase 1, apresentada pela Câmara Municipal de Moura, que de acordo com o relatório da comissão nomeada para avaliação das propostas, por apresentar a proposta mais vantajosa, a referida contratação será efetuada à Caixa Geral de Depósitos. -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----

Ata

Asses



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

### APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA

----- De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (**Doc. 06/09**), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada por unanimidade**, foi assinada pelo Presidente Francisco Valadas Moreno Cerejo e pela 2ª Secretária, Maria José Machado Canal Gomes. -----

### ENCERRAMENTO DA SESSÃO

----- Eram vinte e duas horas, do dia dezanove de dezembro de dois mil e dezasseis, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Hélder José Barqueta Condeça Feliciano, funcionário nomeado para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e pela Senhora Segunda Secretária. -----

----- O Presidente, \_\_\_\_\_

----- A Segunda Secretária Maria José Machado Canal Gomes